



ELO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XV — N.º 177

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Maio 1989 — 60\$00

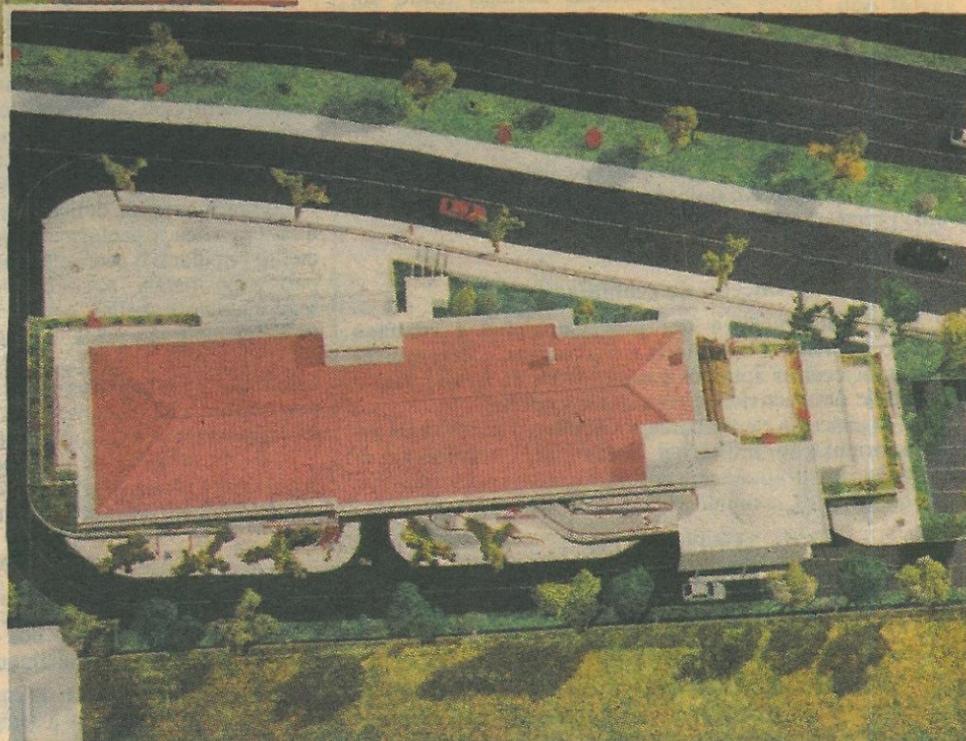


NOVA SEDE NACIONAL

**15.º
aniversário
marca o
arranque
da obra**

nas páginas centrais

- **ADFA propõe condições dignas de atendimento para os deficientes militares no HMP.**
- **Actualização de pensões: a ADFA reivindica o cumprimento integral do espírito e letra do Decreto-Lei n.º 43/76.**
- **Cooperação com ex-combatentes de Angola, Guiné e Moçambique estreita laços de amizade**



**Órgãos
 Sociais
 Centrais
 e Locais
 da ADFA**

- **Eleições:
15 JUL 89
Entrega
de Listas
até:
19 JUN 89**

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 15 de Julho de 1989 (sábado), das 9 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1989/91.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, em Lisboa (Palácio da Independência), nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 15 de Maio de 1989

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
António Reis Santos

**LAR
MILITAR
ÚLTIMA HORA**

Ao fecho deste ELO chega-nos a notícia da publicação do Despacho que dá novo Estatuto ao Lar Militar. Desenvolveremos em Junho este assunto



Neste número de ELO, a nossa grande chamada de atenção é para a publicação, no Diário da República n.º 100, de 02.05.89, da Lei 9/89, da Assembleia da República, «LEI DE BASES DA PREVENÇÃO E DA REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA», a qual, aprovada pela Assembleia da República em 23 de Fevereiro, promulgada em 14 de Abril e referendada em 19 de Abril, resultou da fusão do Projecto de Lei 294/V «Carta de Direitos dos Cidadãos Deficientes» (Grupo Parlamentar do PCP) e da Proposta de Lei 71/V, «Lei de Bases da Reabilitação» (Governo), documentos que ELO publicou integralmente em Fevereiro deste ano e com os quais, agora, pode o leitor fazer a necessária comparação.

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d) e 169.º, n.º 2 da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objectivos

A presente lei visa *promover e garantir* o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra nos domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência.

Artigo 2.º

Conceito de pessoas com deficiência

1 — Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica susceptível de provocar restrições de capacidade, pode estar considerada em situações de desvantagem para o exercício de actividades consideradas normais tendo em conta a idade, o sexo e os factores sócio-culturais dominantes.

2 — As pessoas com deficiência não constituem grupos homogêneos, pelo que exigem a definição de respostas específicas que vão ao encontro das suas necessidades diferenciadas e identificáveis.

3 — A identificação da situação de deficiência e consequente orientação e encaminhamento decorrem de um diagnóstico precoce, que tem carácter multidisciplinar.

Artigo 3.º

Conceito de reabilitação

1 — A reabilitação é um processo global e contínuo destinado a corrigir a deficiência e a conservar, a desenvolver ou a restabelecer as aptidões e capacidades da pessoa para o exercício de uma actividade considerada normal.

2 — O processo de reabilitação envolve o aconselhamento e a orientação individual e familiar, pressupondo a cooperação dos profissionais aos vários níveis sectoriais e o empenhamento da comunidade.

CAPÍTULO II

Da política de reabilitação

Artigo 4.º

Princípios fundamentais

1 — A política de reabilitação obedece aos princípios da universalidade, da globalidade, da integração, da coordenação, da igualdade de oportunidades, da participação, da informação e da solidariedade.

2 — A universalidade pressupõe que se encontrem formas adequadas de resposta às necessidades de todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo e grau de deficiência, da sua situação económica e social e da zona geográfica onde residam.

3 — A globalidade implica que a reabilitação seja um processo contínuo de respostas ao mesmo tempo sucessivas e simultâneas, de modo a respeitar o processo de evolução da pessoa e das suas necessidades.

4 — A integração traduz-se na assunção, por parte de cada departamento governamental, da responsabilidade por toda a população a que a sua política se dirige e pela adopção das medidas diferenciadas que a situação das pessoas com deficiência exige.

5 — A coordenação decorre da necessidade de uma estreita articulação entre todos os intervenientes no processo de reabilitação e de harmonização das medidas adoptadas.

6 — A equiparação de oportunidades impõe que se eliminem todas as discriminações em função da deficiência e que o ambiente físico, os serviços sociais e de saúde, a educação e o trabalho, a vida cultural e social em geral se tornem acessíveis a todos.

7 — A participação obriga à intervenção das pessoas com deficiência, através das suas organizações, na definição da política e reabilitação e na preparação das medidas dela decorrentes.

8 — A informação exige não só que a pessoa com deficiência e a sua família sejam permanentemente esclarecidas sobre os direitos que lhes assiste e as estruturas existentes vocacionadas para o seu atendimento, mas também que a sociedade em geral seja esclarecida sobre a problemática das pessoas com deficiência.

9 — A solidariedade pressupõe a responsabilização de toda a sociedade na persecução da política de reabilitação.

CAPÍTULO III

Do processo de reabilitação

Artigo 5.º

Âmbito

O processo de reabilitação compreende medidas diversificadas e complementares nos domínios da prevenção, da reabilitação médico-funcional, da educação especial, da reabilitação psicossocial, do apoio sócio-familiar, da acessibilidade, das ajudas técnicas, da cultura, do desporto e da recreação e outros que visem favorecer a autonomia pessoal, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 6.º

Prevenção

1 — Ao Estado cabe promover, através dos organismos competentes, todas as acções necessárias que visem impedir o aparecimento ou agravamento da deficiência e anular ou atenuar os seus efeitos ou consequências.

2 — A prevenção é constituída por um conjunto de medidas plurissectoriais que visam impedir o aparecimento ou agravamento da deficiência e das suas consequências de natureza física, psicológica e social, nomeadamente o planeamento familiar e o aconselhamento genético, os cuidados pré, peri e pós-natais, a educação para a saúde, a higiene e segurança no trabalho, a segurança rodoviária e a segurança no domicílio e nas actividades desportivas e recreativas.

3 — A detecção precoce de malformações, de afecções congénitas ou adquiridas e de deficiências que possam surgir com o avanço na idade visa pesquisar as suas origens, evitar o seu agravamento e anular ou atenuar os seus efeitos.

4 — As medidas de despiste destinam-se a formular um diagnóstico o mais precocemente possível, com vista ao estabelecimento de um programa de tratamento de reabilitação.

Artigo 7.º

Informação e fiscalização

Com vista à realização dos objectivos previstos no artigo anterior *competem*, nomeadamente, ao Estado:

- 1) Assegurar a realização de campanhas de informação junto das escolas, com vista à sensibilização dos jovens;
- 2) Incrementar campanhas de sensibilização da opinião pública para prevenir a sinistralidade por acidentes de viação, nomeadamente através de comunicação social e das escolas de comunicação social e das escolas de condução, que devem, para o efeito, inserir nos seus programas conhecimentos sobre as causas e as consequências da falta de prevenção na condução;

- 3) Promover acções de informação e sensibilização da opinião pública para a adopção de compartamentos dissuasores do consumo de álcool, droga e tabaco e ainda da prática de automedicação;
- 4) Desenvolver campanhas de informação alertando para os perigos de acidentes domésticos e de lazer, designadamente quedas, intoxicações, queimaduras e afogamentos;
- 5) Assegurar, através dos serviços competentes, acções de fiscalização junto das empresas, com o objectivo de verificar se são observadas as regras mínimas de higiene e segurança no trabalho.

Artigo 8.º

Reabilitação médico-funcional

1 — A reabilitação médico-funcional é uma forma de intervenção programada de natureza médica e médico-educativa, que compreende o diagnóstico e um conjunto de tratamentos e de técnicas especializadas que tendem a reduzir as sequelas do acidente, da doença ou da deficiência, restabelecendo as funções físicas e mentais, valorizando as capacidades remanescentes e restituindo, tão completamente quanto possível, a aptidão de um indivíduo para o exercício da sua actividade.

2 — As valências de medicina física e reabilitação serão incrementadas e alargadas, devendo, para o efeito, ser adoptadas as medidas necessárias.

Artigo 9.º

Educação especial

1 — A educação especial é uma modalidade de educação que decorre em todos os níveis do ensino público, particular e cooperativo e que visa o desenvolvimento integral da pessoa com necessidades educativas específicas, bem como a preparação para uma integração plena na vida activa, através de acções dirigidas aos educandos, às famílias, aos educadores, às instituições educativas e às comunidades.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior devem ser adoptadas as necessárias medidas de integração progressiva dos alunos do ensino especial no sistema normal de ensino.

Artigo 10.º

Reabilitação profissional

1 — A reabilitação profissional tem por objectivo permitir à pessoa com deficiência o exercício de uma actividade profissional e compreende um conjunto de intervenções específicas no domínio da orientação e formação profissional, bem como as medidas que permitam a sua integração quer no mercado normal de emprego quer noutras modalidades alternativas de trabalho.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, devem ser adoptadas as medidas necessárias à melhoria da capacidade de resposta das estruturas regulares de formação profissional e do alargamento da rede de estruturas específicas de reabilitação profissional.

Artigo 11.º

Reabilitação psicossocial

A reabilitação psicossocial compreende um conjunto de técnicas específicas integradas no processo contínuo de reabilitação, com vista a desenvolver, conservar ou restabelecer o equilíbrio da pessoa com deficiência e das suas relações afectivas e sociais.

Artigo 12.º

Apoio sócio-familiar

O apoio sócio-familiar destina-se a permitir à pessoa com deficiência os meios que favoreçam a sua autonomia pessoal e independência económica e a sua integração e participação social mais completas, garantindo simultaneamente o adequado apoio às famílias.

Artigo 13.º

Acessibilidade e mobilidade

A acessibilidade visa eliminar as barreiras físicas que dificultam a autonomia e a participação plena na vida social.

Artigo 14.º

Ajudas técnicas

As ajudas técnicas, incluindo as decorrentes de novas tecnologias, destinam-se a compensar a deficiência ou a atenuar-lhe as consequências e a permitir o exercício das actividades quotidianas e a participação na vida escolar, profissional e social.

Artigo 15.º

Cultura, desporto e recreação

A cultura, o desporto e a recreação visam contribuir para o bem-estar pessoal e para o desenvolvimento das capacidades de integração social.

(Continua na pág. 4)



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: Interpress Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 12 000 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia,
revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues,
Armindo Roque e Eduardo Cascada.
Colaboração eventual e correspondentes:
José Maia (Coimbra), Teixeira Gil (Évora),
Pereira de Medeiros (Ponta Delgada),
Abel Fortuna (Porto) e Figueiredo de Sá (Viseu).

DECORTIE

ELECTRODOMÉSTICOS

Condições Especiais aos Sócios ADFA
30 % Desconto a Pronto Pagamento
e nas Vendas a Crédito

TRAV. DO POTE D'ÁGUA, 8-A 1700 LISBOA (PORTUGAL)
TELEX 13 735 KASART P TELS. 80 21 49

Agenda

Conselho Nacional da ADFA

Não tendo sido tratados, na sua reunião ordinária de 18 de Março último, todos os assuntos incluídos na respectiva Ordem de Trabalhos, o Conselho Nacional vai reunir-se, em sessão extraordinária, no dia 3 de Junho próximo, a fim de analisar as seguintes questões:

- 1 — *Apreciação do Relatório Final do III Congresso e*
- 2 — *Proposta de Regulação de funcionamento dos Núcleos.*

NOTA: «ELO» começou, precisamente no último número, a publicar essa proposta, julgando poder terminá-la hoje.



Com o intuito de procurar melhorar a feitura e aspecto do ELO, em paralelo com a resolução de alguns problemas ultimamente surgidos, realizou-se, no passado dia 27 de Abril, uma reunião entre responsáveis do jornal

ADFA de referir a boa vontade que tem encontrado na maioria do pessoal que colabora na montagem final do ELO, o que não impede que, por vezes, se verifiquem gralhas e outros contratempos maçadores. Assim,



(Patuleia Mendes, Eduardo Cascada, José Sande e Armindo Roque) e da Interpress Gráfica (ex-«DP»), local onde é impresso.

Analizados os pontos em questão, não deixou a



Sede/Portaria

Conforme deliberação da D. C., foi reestruturado o Serviço de Atendimento e Recepção aos associados e outras pessoas em geral, o qual, passando a depender do Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS), ocupa todo o átrio de entrada, sendo agora assegurado pelo sócio João Domingos e por uma recepcionista, Deolinda Ramos. A todos os que visitarem a Sede ou necessitarem dos seus serviços, se pede a melhor compreensão e colaboração no sentido de que esta nova medida obtenha a eficácia pretendida.

Delegação de Viseu

A fim de tratar de assuntos relacionados com a Delegação, deslocou-se àquela cidade, no passado dia 20 de Maio, uma delegação dos órgãos nacio-

nais, integrada por elementos da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da Direcção Central e do Conselho Fiscal Nacional. Aproveitando a ocasião, foi também, pela DC, contactada a Comissão Instaladora do Núcleo da Guarda, com vista a tratarem-se de questões pendentes.



III Congresso

Acabam de ser publicados, em edição da ADFA, os principais documentos relativos ao III Congresso, como sejam as «Teses», as «Conclusões» e os textos das várias «Recomendações» e «Propostas», para além dos discursos pronunciados nas Sessões de Abertura e Encerramento.

Este livro, em tiragem necessariamente muito limitada, vai ser enviado para todas as Delegações e Núcleos, onde poderá ser consultado, assim como será oferecido a todas as entidades que mais de perto, e interessadamente, têm seguido o processo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

CEMGFA

Com vista a apresentar ao general Soares Carneiro o convite para estar presente ao acto de lançamento da «primeira pedra» para a nova Sede Nacional da ADFA, esteve, no passado dia 3 de Maio, na Chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas, uma delegação da Associação, composta pelos presidente, 1.º e 2.º secretários da Direcção Central, José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves.

Mostrando imediato interesse e disponibilidade para o fazer (o que, por motivos inadiáveis, acabaria por não acontecer), o general Soares Carneiro reafirmaria, na conversa que se seguiu, a sua vontade em continuar a acompanhar, pessoalmente, o trabalho da ADFA, dando-lhe todo o apoio possível na concretização, não só da edificação da nova sede, como na de todos os objectivos consignados nas «Conclusões» do III Congresso, a que, como foi recordado, esteve presente nas sessões de abertura e de encerramento.

Região Militar Sul

Com vista a estudarem-se condignamente soluções à necessária mudança de instalações da Delegação de Évora, por estarem englobadas no protocolo de cedência de já tantos imóveis militares ao Ministério da Educação, deslocaram-se ao Comando da Região Militar Sul, o presidente e o 2.º secretário da Direcção Central, José Arruda e Armando Alves, acompanhados do 1.º secretário da Delegação, João Carlos Nobre (por absoluta impossibilidade do respectivo presidente).

Acolhidos com a melhor simpatia pelo general Almeida Bruno, a delegação expôs as suas preocupações quanto a esta questão, tendo recebido a garantia de empenhamento pessoal do comandante da Região numa justa solução e na certeza de que nunca se há-se «ficar na rua». Aliás, já foram, nesse sentido, iniciados contactos com a Câmara Municipal local. A conversa serviu também para uma troca de impressões mais alargada sobre a ADFA, nomeadamente os seus objectivos e problemas, o III Congresso e respectivas «Conclusões», mostrando aquele oficial-general estar a par, e apoiar, o trabalho da Delegação.



Realizando-se, de 26 a 28 de Outubro próximo, em Lisboa, o Congresso Nacional de Reabilitação, Prevenção da Deficiência e Vida Autónoma, promovido pelo S.N.R., foi decidido inscrever a ADFA no mesmo.

Olhos de Água

Tal como nos três últimos anos, a ADFA esteve presente às festividades do 25 de Abril, organizadas pela Comissão de Moradores do Bairro dos Olhos de Água, Palmela, tendo o presidente da Direcção Central usado da palavra, na respectiva sessão comemorativa, ao lado de um vereador da Câmara Municipal.

Tendo-se, em conversa informal, falado na questão da nova sede, imediatamente aquela Comissão de Moradores anunciou um apoio de cinco mil escudos, gesto que salientamos.



CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

Embora não tendo sido possível a presença de nenhum delegado da ADFA, e recebido o respectivo convite, que agradecemos, não queremos deixar de noticiar a conferência de Imprensa realizada no Clube de sargentos da Armada, na sua sede (Largo Trindade Coelho, Lisboa), com vista a apresentar a ameaça de despejo que impende sobre as suas instalações, casa onde há anos iniciaram a sua actividade e cujas paredes assistiram a actos importantes e acolheram visitas ilustres.

Comunicação Social



Durante o mês de Maio, e relacionando-se, principalmente, com as questões da sede e do 15.º aniversário, várias foram as vezes que a ADFA foi notícia nos órgãos de Comunicação Social, permitindo-nos destacar as seguintes:

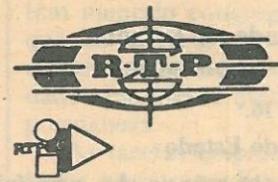
ANTENA UM — No dia 12, o nosso presidente, José Arruda, foi entrevistado, no «Programa da Manhã», da Antena Um,



por João Paulo Dinis, homem da rádio bem conhecido, também ele ex-combatente, e que à causa dos deficientes muito se tem dedicado.

RTP-1 — No dia 14, o «Jornal de Domingo» aproveitou a notícia sobre

a cerimónia de lançamento da «primeira pedra» da nova sede, nessa mesma manhã, para introduzir uma reportagem sobre «stress» de guerra e o apoio e trabalho que na ADFA se está a desenvolver sobre esta problemáti-



ca, ainda tão mal conhecida (e até mal compreendida), mas cuja importância, e sérias consequências se podem já verificar.

RÁDIO ORBITAL — Também Jacinto Moita, já nosso conhecido da ex-Rádio Clube de Loures, levou no dia 19, entre as 21 e as 24 horas, ao seu programa «Frente ao Vento», na Rádio Orbital, de Loures, os associa-



Associação de Cegos e Amblíopes

Tendo-se reunido, em 29 e 30 de Abril passado, a Assembleia Constituinte da Associação de Cegos e Amblíopes, a ela esteve presente o presidente da Direcção central da ADFA, José Arruda (ver «Noticiário Vário»).

Folhas dispersas

Conforme se dá conta em várias notícias «dispersas» neste ELO, a Direcção Central da ADFA, a fim de tratar e resolver diversos assuntos pendentes, manteve, no último mês, contacto com várias entidades e organismos, a saber: Ministério do Emprego e Segurança Social, Secretaria de Estado da Defesa Nacional, Direcções do Serviço de Saúde do Exército e do HMP, Direcção da Caixa Nacional de Previdência, Secretaria de Estado dos Combatentes e Embaixada da Guiné-Bissau.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

O vice-presidente da Direcção Central, sócio Armando Guedes da Fonte, foi nomeado presidente da Comissão Concelhia de Apoio à Pessoa Deficiente do Concelho de Cascais, o que demonstra, mais uma vez, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ADFA e, nomeadamente, pelo Núcleo de Cascais, junto das estruturas autárquicas daquele Concelho.

FMAC

Conforme desejo já expresso à 19.ª Assembleia Geral da FMAC, pelo Comité Soviético de Antigos Combatentes, nessa altura admitido (Elos de Março e Abril), vai reunir-se em Leninegrado, na URSS, de 26 a 29 de Julho próximo, a Comissão de Coordenação para o Desarmamento, numa clara demonstração de apoio e solidariedade



para com o clima de desanuviamento mundial que se está a processar, a nível de grandes blocos.

Neste encontro, a que a ADFA não poderá estar presente dado estar em

COMPARTICIPAÇÃO DE ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS BENEFICIÁRIOS DAS ADMs

Informação

Em conformidade com o publicado na Portaria 325/04MAI89, do Ministério da Saúde, e posteriormente adaptado aos beneficiários das ADMs, o quantitativo limite de participação nas modalidades de consulta e visita domiciliária passa a ser de 1500\$00, a partir de 04MAI89.



(Continuação da pág. 2)

CAPÍTULO IV

Da responsabilidade do Estado no processo de reabilitação

Artigo 16.º

Intervenção do Estado

1 — O Estado garante a observância dos princípios consagrados na presente lei, em estreita colaboração com as famílias e as organizações não governamentais.

2 — Para os efeitos do número anterior, é definida uma política nacional de reabilitação contendo as medidas a adoptar, bem como planos integrados de acção que encontrem desenvolvimento apropriado no âmbito das políticas sectoriais a levar a efeito pelos vários departamentos governamentais.

3 — As medidas sectoriais a definir devem ser efectivadas preferentemente no âmbito dos serviços regulares existentes, sem prejuízo do enquadramento adequado de todas as iniciativas particulares que visem os objectivos da presente lei.

4 — Compete ainda ao Estado a coordenação e articulação de todas as políticas, medidas e acções sectoriais a nível nacional, regional e local, de modo a assegurar à pessoa com deficiência um atendimento contínuo, nomeadamente na transição entre as fases do processo de reabilitação e de integração.

5 — Para a prossecução do disposto nos números anteriores é assegurado o fomento de acções de informação e sensibilização, de investigação e de formação dos recursos humanos intervenientes no processo de reabilitação.

Artigo 17.º

Relações do Estado com as instituições particulares

1 — O Estado reconhece e valoriza a acção desenvolvida pelas instituições particulares e cooperativas de e para pessoas com deficiência, na prossecução dos objectivos da presente lei.

2 — O Estado, em relação às instituições particulares e cooperativas, promove a compatibilização dos seus fins e actividades com a política nacional definida e garante o cumprimento da lei, defendendo os interesses das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO V

Da participação dos sistemas de administração

Artigo 18.º

Serviço de saúde

Os serviços de saúde devem garantir os cuidados de promoção e vigilância da saúde, da prevenção da doença e da deficiência, o despiste e o diagnóstico, a estimulação precoce do tratamento e a reabilitação médico-funcional, assim como o fornecimento, adaptação, manutenção ou renovação dos meios de compensação que forem necessárias.

Artigo 19.º

Política de educação

A política de educação deve garantir a integração nos estabelecimentos de ensino ou em instituições especializadas de pessoas com necessidades educativas especiais em condições pedagógicas, humanas e técnicas adequadas.

Artigo 20.º

Sistema de segurança social

O sistema de segurança social deve assegurar a protecção social da pessoa com deficiência através de prestações pecuniárias e modalidades diversificadas de acção social que favoreçam a autonomia pessoal e uma adequada integração na sociedade.

Artigo 21.º

Política de orientação e formação profissional

A política de orientação profissional deve habilitar as pessoas com deficiência à tomada de decisões vocacionadas adequadas e prepará-las para o exercício de uma actividade profissional segundo modelos diversificados e englobar o maior número de sectores de actividade económica, tendo em conta as transformações tecnológicas do sistema de produção.

Artigo 22.º

Política de emprego

A política de emprego deve adoptar medidas, estímulos e incentivos técnicos e financeiros que favoreçam a integração profissional das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a criação de modalidades alternativas de actividades profissionais.

Artigo 23.º

Sector dos transportes

O sector dos transportes deve adoptar medidas que garantam à pessoa com deficiência o acesso, circulação e utilização da rede de transportes públicos, sem prejuízo de outras modalidades de apoio social.

Artigo 24.º

Regime legal de urbanismo e habitação

1 — O regime legal em matéria de urbanismo e habitação deve ter como um dos seus objectivos facilitar às pessoas com deficiência o acesso à utilização do meio edificado, incluindo os espaços exteriores.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a legislação aplicável deve ser revista e incluir obrigatoriamente medidas de eliminação das barreiras arquitectónicas.

Artigo 25.º

Sistema fiscal

O sistema fiscal deve consagrar benefícios que possibilitem às pessoas com deficiência a sua plena participação na comunidade.

Artigo 26.º

Política de cultura, desporto e recreação

A política de cultura, desporto e recreação deve criar condições para a participação da pessoa com deficiência.

Artigo 27.º

Orçamentos

Os encargos decorrentes da aplicação desta lei devem ser inscritos nos orçamentos dos respectivos ministérios.

Artigo 28.º

Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 6/71, de 8 de Novembro.

Três outras referências ainda:

Decreto Regulamentar n.º 13/89, de 3 de Maio, do Ministério do Emprego e da Segurança Social o qual...

«Tem por objectivo regulamentar o Decreto-Lei n.º 143/88, de 22 de Abril, que instuiu uma pensão unificada para os trabalhadores que sucessivamente sejam abrangidos quer pelo regime geral de segurança social, quer pelo regime da Caixa Geral de Aposentações».

Portaria n.º 325/89, de 4 de Maio, do Ministério da Saúde, na qual...

«1.º São aprovadas as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde em relação a todos os

subsistemas de saúde cujos beneficiários a ele recorram, bem como em relação a qualquer entidades públicas ou privadas responsáveis pelo pagamento».

Decreto-Lei n.º 154/89, de 11 de Maio, do Ministério das Finanças, o qual...

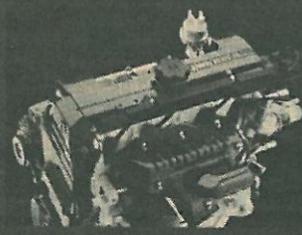
«Com o objectivo de harmonizar os benefícios criados, e de que são destinatários os deficientes, introduz o presente diploma nova alteração de incidência do imposto especial sobre veículos ligeiros de passageiros, barcos de recreio e aeronaves, criado pela Lei n.º 34/83, de 21 de Outubro».

Informações mais pormenorizadas sobre estes três diplomas, poderão ser obtidas na Secretaria da ADFA.

RENAULT 19

TECNOLOGIA MAIS QUE PERFEITA

A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental. Daí que, em todos os domínios, o Renault 19 apresente inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy. Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo. É assim a nova tecnologia Renault. Uma tecnologia mais que perfeita. Uma tecnologia de futuro.

RENAULT 19
O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

Motorizações

1237 c.c.
55 cv DIN
1390 c.c.
80 cv DIN (Energy)
1721 c.c.
92 cv DIN
1870 c.c.
65 cv DIN (Diesel)

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telefs. 859 00 58

Renault 19 — Garantia Anti-Corrosão de 6 anos

O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

ADFA CONTACTA SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR

Confrontada com queixas legitimamente apresentadas por sócios utentes do Serviço de Fisioterapia do HMP, principalmente respeitantes ao atendimento e ao novo processo de adjudicação de próteses e ortóteses, a Direcção Central da ADFA solicitou diversas audiências a fim de expor o assunto e tentar ajudar a encontrar-se uma resposta satisfatória para as necessidades dos deficientes das Forças Armadas.

Hospital Militar Principal

No dia 24 de Abril, o Presidente e o 2.º Secretário da Direcção Central, José Arruda e Armando Alves, foram recebidos pelo Director do HMP, brigadeiro-médico Carrilho Ribeiro, que se encontrava acompanhado pelo Chefe dos Serviços de Fisioterapia do mesmo estabelecimento, capitão-médico Horta, a quem entregaram, no seguimento de contactos já mantidos do anterior, englobando também a Direcção do Serviço de Saúde do Exército, o CMR-Alcoitão e o Hospital dos Capuchos, uma proposta no sentido de «contribuir para um melhor funcionamento e humanização dos serviços médico-protésicos prestados pelo HMP aos deficientes das Forças Armadas» e verificado que se reconheceu que estes constituem um grupo específico de utentes, cuja origem ...radica no acto de terem sido, na sua esmagadora maioria, feridos durante o período da Guerra do Ultramar e posteriormente sujeitos a longos internamentos hospitalares, criando, deste modo, experiências e vivências muito próprias, que se inserem num código de relações e valores humanos merecedores de um tratamento preferencial».

Mais, «passados vinte anos após o terminus da guerra, o agravamento das diferentes deficiências passou a ser um facto real, com implicações psicossociais causadoras de desequilíbrios que podem ter efeitos graves aos vários níveis do processo de integração.

Torna-se assim eviden-

te o regresso aos Hospitais Militares, tanto em internamento como em consultas externas mais assíduas, que exige respostas específicas, dado tratar-se de uma população com problemas muito diversos dos que apresentam os outros utentes das estruturas hospitalares.

Tal decorre do facto de as várias deficiências terem de ser, nestas circunstâncias, encaradas ainda de um modo mais global, não sendo razoável aceitar-se que nas relações hospitalares os deficientes das Forças Armadas sejam sujeitos a tratamentos humanos como se de mancebos se tratassem».

Considerando a importância, e urgência, de uma estrutura própria de atendimento que salvguarde, em todas as fases, o acesso aos necessários cuidados e garanta a normalidade de relação entre todos os intervenientes, a ADFA propõe «...a criação, nomeadamente no Hospital Militar Principal, de uma estrutura própria destinada ao atendimento e acompanhamento dos deficientes militares, quando internados ou em consultas, de modo a que seja salvaguardado, em todas as fases, o acesso aos cuidados médico-protésicos, em condições que salvaguardem a total normalidade nas relações Utente/Hospital.

Assim, propõe-se a criação do Gabinete do Utente do Deficiente das Forças Armadas, dependendo directamente do Director do Hospital Militar Principal e provido de um quadro de pessoal integrando 1 psicólogo, 1 assistente social e 1 recepcionista, para desenvolver as seguintes valências:

1 — dispor de um conjunto de informações a fornecer ao Deficiente das Forças Armadas, que lhe facilite o acesso e a utilização da Consulta/Internamento;

2 — providenciar para que os Deficientes das Forças Armadas, nomeadamente os grandes deficientes, tenham um atendimento preferencial tanto nas consultas como no internamento;

3 — fazer o acompanhamento dos D.F.A.'s quando internados, garantindo uma ligação permanente com os respectivos Serviços;

4 — contribuir para reforçar a confiança dos D.F.A.'s nos serviços que lhes são prestados pelo Hospital Militar Principal;

5 — dinamizar a criação de uma oficina de prótese e calçado ortopédico, de modo a facilitar o processo de adjudicação e tratamento, e

6 — reunir periodicamente com a equipa multidisciplinar da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para aferir e avaliar o resultado do trabalho efectuado e dos problemas triados». Ao reafirmar a sua concordância com o facto de os deficientes da Forças Armadas deverem ser considerados um grupo diferenciado, o prof. dr. Carrilho Ribeiro referiu o facto de ter havido, realmente, uma alteração ao anterior sistema, procurando fazer um levantamento correcto de todas as situações, sem, contudo, se pretender dificultar, de maneira nenhuma, o atendimento a quem quer que seja, muito menos a esse grupo. No entanto, essas alterações eram necessárias, dado haver algumas dúvidas a esclarecer, tentando criar-se um processo digno e transparente.

A delegação da ADFA, reafirmando a sua confiança nos actuais responsáveis do HMP e na sua boa-vontade, esclareceu que a própria Direcção Central está interessada em que se faça um rápido, mas rigoroso, inquérito a casos menos claros e que, se neles estiverem envolvidos sócios seus, procederá disciplinarmente, pois não admite que alguém ultrapasse os seus direitos e deveres, prejudicando o bom nome de todos. No entanto, em relação às alterações já verificadas no sistema, insistiu que algo está mal, dado que a «burocracia» introduzida, para além de provocar atrasos, despiu o atendimento de o espírito humano que tinha.

Prometendo debruçar-se imediatamente sobre o assunto, o Director do HMP informou estar já programado, embora sem data marcada, uma reunião entre diversos serviços envolvidos no assunto.

Direcção dos Serviços de Saúde do Exército

No dia 16 de Maio, a mesma delegação da DC/ADFA, avistou-se com o Director dos Serviços de Saúde do Exército, brigadeiro-médico António Pinheiro, no mesmo sentido da reunião anterior, tendo começado por referir o que havia então sido tratado, vincando a necessidade de criação de um

serviço próprio de atendimento e manifestando a sua disponibilidade, e interesse, em qualquer inquérito que se faça à abusiva utilização dos serviços, informando estar já marcada uma reunião com os sócios utentes dos mesmos, na ideia de esclarecer e debater a situação.

O Director dos SSE, perante os problemas expostos e os receios manifestados, informou que, em princípio, concorda com a necessidade de um serviço próprio para atendimento dos deficientes das FA, podendo as obras programadas para a «Fisioterapia» do HMP inserirem-se nesse esquema. Quanto aos atrasos que se têm verificado, podem dever-se às mudanças burocráticas, que nunca a uma falta de verbas.

Defendendo a ideia de que o deficiente das Forças Armadas não é, propriamente, um doente que tenha que ser obrigatoriamente atendido ou «visto» num estabelecimento hospitalar, a delegação da ADFA considerou que o Lar Militar possui condições e estruturas subaproveitadas, as quais poderiam ser utilizadas em conjugação com esse serviço de atendimento, facultado tal acesso pela próxima publicação do seu novo Estatuto. Por outro lado, dada a sua condição e experiência, a ADFA tem um conhecimento bastante profundo e alargado de todas as estruturas existentes e disponíveis, até a nível nacional, estando à inteira disposição para colaborar num estudo do seu aproveitamento optimizado, propondo, desde já, uma reunião com os vários organismos militares envolvidos, e não só os de saúde, mas nestes incluindo a experiência conjunta do Hospital Militar do Porto e da nossa Delegação nessa cidade.

O brigadeiro António Pinheiro informou estar já marcada uma reunião da sua Direcção com a do HMP (18MAI), para tratar de todas estas questões, e manifestou a seu reconhecimento pelo grande contributo que a ADFA tem dado na procura de melhores respostas para problemas que, muitas vezes, se apresentam bem complicados.

ADFA/Sede

No dia 19 de Maio, realizou-se um encontro com associados utentes do Serviço de Fisioterapia de o HMP, a quem foram explicadas as diligências que têm sido feitas, neste campo, seguindo-se debate e troca de impressões, com o fim de recolher opiniões que possam ser aproveitadas em próximos encontros com entidades oficiais.

PARTICIPAÇÃO:

MAIS QUE UM DEVER, UM DIREITO. ASSUME-O!

A ti sócio, e em especial ao que já há anos se afastou do nosso convívio e do contacto com a nossa «casa», se dirigem estas, necessariamente poucas, palavras.

A ADFA cresceu, implantou-se e garantimos-te que hoje ela é um reflexo da vontade daqueles que se têm mantido congregados à sua volta, conscientes de que só o facto da existência da sua Associação é elemento bastante para marcar uma posição de dignidade dos deficientes militares perante a sociedade portuguesa.

As tarefas empreendidas exigem a colaboração de todos, embora tenhamos a consciência de que a participação activa nunca poderá ter o mesmo empenhamento por parte de cada um. A disponibilidade de tempo e a distância serão um obstáculo, mas o teu apoio é preciso e, acredita, mais que a regularização do pagamento das quotas, as tuas opiniões e o teu parecer acerca da «casa», que esperamos nos ajudes a manter firme, íntegra e dinâmica, são-nos necessárias, nesta tarefa, neste direito colectivo.

Aquisição de Viaturas

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, no dia 3 de Junho, das 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação Necessária

Def. Civis ao Abrigo do Decreto-Lei 235/D de 1 de Junho 83

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo centro de Saúde da área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas finanças como esteve isento.

Documentos Necessários para os Def.

Forças Armadas ao Abrigo do Decreto-Lei 43/76 20 Janeiro

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticados pelo Notário.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

| MODELOS | PREÇO BASE | P. V. P. |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Renault 4 GTL | 788 171\$00 | 1 115 514\$00 |
| Renault 5 Campus 3 p | 835 652\$00 | 1 107 700\$00 |
| Renault 5 Campus 5 p | 882 268\$00 | 1 162 241\$00 |
| Renault 5 TL 3 p | 909 555\$00 | 1 257 534\$00 |
| Renault 5 TL 5 p | 957 555\$00 | 1 313 694\$00 |
| Renault 5 GTR 3 p | 968 497\$00 | 1 389 886\$00 |
| Renault 5 GTR 5 p | 1 016 497\$00 | 1 446 046\$00 |
| Renault 5 GTD 5 p | 1 320 504\$00 | 2 277 351\$00 |
| Renault 5 Turbo | 1 923 931\$00 | 2 640 545\$00 |
| Renault 5 GTX 3 p | 1 179 124\$00 | 1 769 121\$00 |
| Renault 19 TR 3 p | 1 118 323\$00 | 1 565 183\$00 |
| Renault 19 TR 5 p | 1 178 011\$00 | 1 635 018\$00 |
| Renault 19 GTS 5 p | 1 260 102\$00 | 1 857 845\$00 |
| Renault 19 TSE 5 p | 1 418 516\$00 | 2 043 190\$00 |
| Renault 19 GTD 5 p | 1 500 968\$00 | 4 036 112\$00 |
| Renault 21 GTL | 1 496 981\$00 | 2 141 013\$00 |
| Renault 21 GTD | 1 751 139\$00 | 6 166 648\$00 |
| Renault 21 TDX | 2 077 962\$00 | 6 549 013\$00 |
| Renault 21 Nevada 5 lug. | 2 113 162\$00 | 6 590 215\$00 |
| Renault 21 Nevada 7 lug. | 2 187 614\$00 | 6 677 323\$00 |
| Renault 25 TDX | 3 077 707\$00 | 7 718 732\$00 |

Transferência: 3900\$00.

Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na sede ou nas nossas delegações.



15.º aniversário: Deficientes de g

A ADFA — Associação dos Deficientes das Forças Armadas comemorou o seu 15.º aniversário com vários actos entre os quais avultou o lançamento da «1.ª pedra» da nova Sede Nacional. Mas, se lermos este ELO, podemos considerar que as comemorações se alargaram a inúmeros contactos da mais alta importância.

Conferência de Imprensa

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas comemora a 14 de Maio, o 15.º aniversário da sua fundação na consciência renovada do muito que foi feito pelos deficientes militares como agentes participativos e exigentes dos seus direitos de cidadania na sociedade portuguesa, pós 25 de Abril.»

Assim se iniciava o «comunicado à Imprensa» distribuído pela ADFA, no dia 11 de Maio, por

A nova sede, concebida por técnicos sócios da ADFA, será um «edifício modelo» quanto às barreiras arquitectónicas, prevendo o acesso e mobilidade total de deficientes de qualquer grau e tipo, tendo em conta as orientações internacionais relativas a esta matéria.

Assume igualmente importância o facto de podermos passar a receber condignamente os deficientes e ex-combatentes do mundo inteiro e muito especialmente aqueles que foram protagonistas,

deram para que se techas-se o Ciclo do Império, e se iniciassem as grandes transformações da sociedade portuguesa pós 25 de Abril.»

Compunham a mesa da Conferência de Imprensa o presidente, 1.º e 2.º secretários da direcção central, respectivamente José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves, além dos sócios Ferreira Gomes (arquitecto) e Sardinha (engenheiro), dois dos técnicos que «edificaram» o projecto da nova sede.

Iniciada a sessão pelo 2.º secretário, que fez as apresentações, seguiu-se o presidente da DC no uso da palavra para, complementando o comunicado, referir mais detalhadamente os apoios recebidos de várias entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, com a cedência de um terreno

um desafio que a própria Nação deve aceitar e tornar seu, para que as novas gerações possam entender que nunca será com guerras que se resolverão os grandes problemas que se colocam ao Homem. Para terminar, fez também referência à intenção de reunir em Lisboa representações de associações congéneres de Angola, Guiné e Moçambique, para além, possivelmente, de ex-combatentes de todos os outros países de língua portuguesa, incluindo o Brasil, tendo salientado que **não poderá haver verdadeira cooperação económica e cultural se lado a lado não se sentarem, hoje, os que ontem se combateram.**

Entrou-se seguidamente, num período de perguntas e respostas, tendo os técnicos sido bastante solicitados para informarem sobre as características, custos e outros pormenores mais «técnicos» do edifício e da sua construção, tendo ficado bem vincado que a nova sede será capaz de acolher, nas melhores condições, todo e qualquer tipo de deficiente. Quanto a obtenção das verbas necessárias, 150 mil contos, os membros da direcção central referiram, para além dos apoios oficiais, uma campanha de angariação de fundos, entre os associados.

A finalizar a reunião, foi oferecido aos jornalistas um pequeno beberete, na sala da Biblioteca, onde estiveram também os trabalhadores da sede.

Primeira pedra

Começou por não ter sido transportada às costas, ou ao colo de ninguém, já que a autorização da PSP obrigava a um horário incompatível com o programado. E ainda bem, pois esteve cá um sol...

Cerca das 11 horas da manhã do dia 14 de Maio já se pressentia que ia ocorrer qualquer coisa naquele pedaço de terreno sobranceiro à Av. Padre Cruz, canto com a Rainha D. Amélia, vias de intenso tráfego, mesmo a dois passos do Lar Militar. Eram as bandeiras, era o painel que diz que é ali que vai ficar a futura sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, eram os bastantes agentes da Divisão de Trânsito da PSP, eram as muitas pessoas que se dirigiam para o local, algumas coxeando, outras em cadeiras de rodas, mas todas radiantes e bem dispostas, era, finalmente, a chegada e formatura da Banda do Exército (dirigida pelo seu maestro, capitão Kasper). Expostos em ponto alto, junto aos mastros,

planos vários e uma maquete.

E iam, entretanto, chegando também as personalidades convidadas, quase todas do campo militar, já que se entendeu que a cerimónia, familiar, deveria ser restrita a este meio: general Mendes Dias (FA), vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, em representação do CEMGFA; general Soares Carneiro; almirante Andrade e Silva, chefe do Estado-Maior da Armada; general Firmino Miguel, chefe do Estado-Maior do Exército; general Vasquez, vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em representação do respectivo CEMFA; comandante Homem de Gouveia, da Casa Militar da Presidência da República; dr. Nogueira, assessor da Câmara Municipal de Lisboa, em representação do respectivo presidente; Oriana Lourenço, em representação do secretário Nacional de Reabilitação; almirante Gonzaga Ribeiro, presidente da Cruz Vermelha Portuguesa; general Altino de Magalhães, presidente da Liga dos Combatentes; tenente-coronel Vasco Lourenço, da Associação 25 de Abril e um repre-

todos, com apreciação da maquete, após o que se dirigiram para o local do



lançamento da «1.ª pedra».

Agradecendo a presença de todos, José Arruda, Presidente da Direcção Central, realçou o contributo de já tantas entidades para a construção desta obra, «concebida por sócios da ADFA, um ar-



ocasião da reunião que realizou, na sua sede, com a Comunicação Social, e na qual revelou que... «Constituirá ponto alto desta efeméride o lançamento da primeira pedra para a construção da nova sede social, que será mais um desafio assumido por todos os deficientes militares.»

Desse documento extraímos mais as seguintes passagens:

.....
«Lançar mãos a esta obra constitui mais um motivo de afirmação do papel que é exigido às pessoas com deficiência e suas organizações representativas nas sociedades modernas, em que todos, independentemente das suas diferenças, devem participar e ser agentes activos nas questões que lhes dizem respeito.

.....
As novas instalações da ADFA serão um dos testemunhos dos valores morais que Portugal defende em relação aos deficientes militares e combatentes pelos sacrifícios que lhes foram exigidos pela Nação.



connosco, num conflito armado no período de 61 a 74, nas três frentes africanas, da Guiné, Angola e Moçambique, cooperando hoje na construção da paz, do desenvolvimento e da solidariedade entre os povos.

.....
A materialização deste projecto, passados 15 anos após a guerra colonial, será um dos testemunhos para que se assumam, sem reservas, os deficientes das Forças Armadas, e os que tombaram para sempre nos verdes trilhos e picadas africanas, e que constituem a parte daqueles que mais

excepcionalmente bem localizado, o Ministério de Defesa Nacional, com o interesse demonstrado e o apoio financeiro já anunciado e, de forma muito especial, pelo seu empenhamento pessoal, o general Soares Carneiro, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o dr. Eugénio Ramos, secretário de Estado adjunto da Defesa Nacional e o eng.º Krus Abecassis, presidente da edilidade lisboeta.

José Arruda afirmou que mais do que desafio assumido pelos deficientes das Forças Armadas, a construção desta sede é



sentante da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

À chegada do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, representado o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, foram prestadas as honras devidas, tendo a Banda do Exército tocado o «Hino da Maria da Fonte».

À chegada do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, representando o Vice-Primeiras e filhos que comanda Defesa Nacional, foram prestadas as honras devidas, tendo a Banda do Exército tocado o «Hino da Maria da Fonte».

Seguiu-se, ainda, breve troca de impressões entre

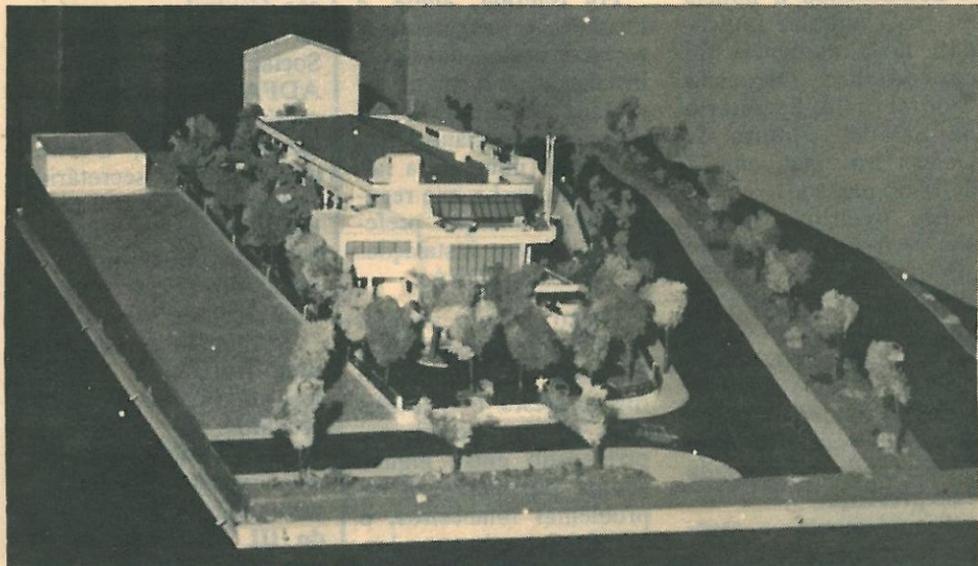


guerra constroem Casa de Paz!

quitecto e dois engenheiros, três homens deficientes que viveram a

Uma palavra especial para os dr. Santos Ramos, SEDN, general Soa-

ADFA e a Cruz Vermelha Portuguesa, entidade que dirige aquele estabe-



ciativa que é de todos, na medida em que muito mau exemplo nós daríamos se, por algum motivo, esquecéssemos ou mostrássemos que esquecemos aqueles que, na devida altura, estavam onde eram necessários e para onde foram chamados».

O presidente da ADFA pediu, ainda, ao representante do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que dissesse algumas

se realizou, com cerca de cem pessoas, um almoço de convívio, estando também presentes representantes de todas as Delegações e Núcleos.

No final do almoço, que decorreu na melhor «ordem e civismo», falaram os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Reis Santos, e da Direcção Central, José Arruda, os quais referiram o longo trajecto percorrido pela Associa-

vel porque houve deficientes das Forças Armadas que, no tempo próprio, se assumiram e reivindicaram (palmas para os sócios n.º 1, Couceiro, e 2, Lavouras, da então Comissão «ad hoc», presentes), porque houve, e há, mulheres, companheiras e filhos que compreendem e participam (mais palmas), porque há mais, muitos mais, que, dia a dia, fazem o seu trabalho nas Delegações e nos Núcleos (e mais aplausos, ainda). E os grandes desafios também foram sublinhados, com a esperança de que o próximo acto eleitoral interno seja de coesão, um abraço a pensar na ADFA, nos deficientes.

Ao avançarem os dois enormes bolos alusivos, cantou-se o «Parabéns a Você», de tal forma afinado (será bom sinal!) que um dos presentes (Patuleia Mendes, quem haveria de ser...) propôs a imediata criação de um coral da ADFA.

E daí para a frente foi a confraternização, as recordações, misturadas com a poesia de Herculano e de Sá Flores.

guerra e que estão aqui a construir uma casa de Paz», casa que permitirá à ADFA receber veteranos de outras guerras e de outros países, nomeadamente aqueles que ontem estiveram em lados adversos e que hoje se abraçam.

res Carneiro, CEMGFA, general Firmino Miguel, CEME, e eng.º Krus Abecasis, Presidente da CML, pelo empenhamento pessoal que têm posto no apoio conseguido.

«Vamos arrancar já, mesmo necessitando de 80 mil contos para a fase inicial, porque não podemos ser um país adiado, não queremos ser uma ADFA adiada.»

Agradecendo as palavras que lhe foram dirigidas, e referindo as ajudas de outras entidades, nomeadamente as militares, «nesta luta constante, desde há uns anos para cá», o Secretário de Estado da Defesa Nacional quis salientar que não seria por acaso que o terreno se situava bem perto do Lar Militar, mencionando o seu novo Estatuto, a sair breve, o que permitirá a assinatura de um protocolo entre a

lecimento, o qual permitirá acesso preferencial, por parte dos deficientes



das Forças Armadas, especialmente às estruturas de reabilitação.

Recordando as palavras do Ministro da Defesa no III Congresso e nas recentes cerimónias do 9 de Abril, na Batalha, disse que se é justo que se homenageem os que pela Pátria deram a vida, não se pode esquecer os que por ela se deficientaram, estando o Governo, no espírito das sociedades modernas em que se procura diminuir o intervencionismo estatal, a procurar criar condições para uma forma mais participativa de todos, o que, aliás, encontra compreensão na própria ADFA, entidade que não é um organismo menor e que tem provado não necessitar de apoios «proteccionistas».

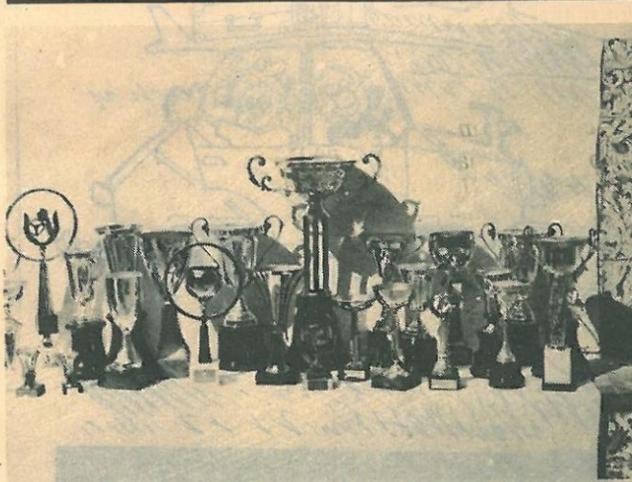
Finalmente, agradeceu «a todas as entidades militares e civis que têm ajudado esta iniciativa, ini-

palavras, ao que o Assessor, dr. Nogueira afirmou que tudo tinha já sido dito, dado o que se estava a passar traduzir uma obrigação de todos, sendo com grande satisfação que a Câmara se encontrava também associada a tão significativo acto.

Seguiu-se, em cerimónia simples, mas de grande emoção, o lançamento da «1.ª pedra» por parte do Secretário de Estado, e, note-se, foi mesmo lançamento da primeira pedra, já que, atirada para caboucos recém-abertos, foi seguidamente coberta de cimento, também pelo dr. Santos Ramos, indo alicerçar-se sobre ela o edifício da nova Sede. A OBRA COMEÇOU, pois!

Terminados estes actos, retiraram-se as entidades convidadas, com as honras da praxe, seguindo os associados, famílias e amigos para o Palácio da Independência, onde

ção nos caminhos da reabilitação e da reintegração, Associação só possí-



Rali-paper

Tão misterioso que ele foi... que vai continuar a ser! Por falta de tempo e de espaço, a respectiva reportagem só será publicada no próximo ELO.

No entanto, sempre podemos adiantar que as

mulheres foram as grandes heroínas e que houve quem andasse, de fato de banho, pelo Estoril, a perguntar se alguém tinha visto uns coxinhos, quando devia estar, precisamente, quase no lugar oposto. Feitos...



ADFA NOVAMENTE NA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL

Confirmando a notícia no ELO anterior (Agenda), nova audiência foi concedida à Direcção Central pelo Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, em 12 de Maio passado.

Em primeiro lugar, José Arruda e Armando Alves, respectivamente Presidente e 2.º Secretário da DC, reforçaram o convite para que o dr. Santos Ramos estivesse presente à cerimónia de lançamento da «1.ª pedra» da nova Sede, sendo confirmada essa presença.

Seguidamente, o associado arquitecto Ferreira Gomes, que integrava a delegação, apresentou, e ofereceu, ao Secretário de Estado uma cópia do projecto entregue na Câmara Municipal de Lisboa, tendo prestado todos os esclarecimentos e informações sobre a obra, reafirmando os elementos da DC que a ADFA assume o grande desafio que é a construção da Sede, em dois anos, não negando nem ao Estado nem aos sócios o dever de participarem, nem a outras entidades e ao cidadão comum o direito de apoiarem, ao que aquele governante respondeu que, por sua vez, o Governo também assume a necessidade e obrigação da dignificação dos deficientes das Forças Armadas.

Foi referida, ainda, a localização, excelente a todos os títulos, das novas instalações, e a sua proximidade ao Lar Militar, dizendo o dr. Santos Ramos estar iminente a saída do despacho que regulariza a utilização preferencial destas instalações por parte dos DFAs.

Outro assunto abordado foi o da questão do processo de adjudicação das próteses e ortóteses pelo HMP, e o alarme provocado entre alguns sócios por rumores de problemas financeiros, o que foi formalmente desmentido pelo Secretário de Estado que afirmou que se alguns atrasos houve, apenas se terão devido às estruturas dos Serviços, as quais tem sido preciso remodelar, nalguns casos. De qualquer maneira, a Direcção da ADFA informou das diligências que pensa efectuar junto da Direcção do Serviço de Saúde do Exército e da Direcção do HMP, com vista a propor alterações ao actual sistema de atendimento, com o qual não pode concordar.

Finalmente, não deixou de se aproveitar a ocasião para tocar, mais uma vez, na questão da legislação, estando as propostas da ADFA a ser devidamente estudadas pelos organismos próprios.

ADFA recebida no Ministério do Emprego e da Segurança Social

Em seguimento a um pedido feito pela Direcção Central ao secretário de Estado da Segurança Social, uma delegação da ADFA, constituída pelo presidente, José Arruda, vice-presidente, Guedes da Fonte e 2.º secretário, Armando Alves, foi recebida em audiência pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, no passado dia 2 de Maio.

A reunião serviu para uma frutuosa e extensa troca de impressões sobre assuntos que interessam às duas entidades, tendo sido expostas àquele governante as conclusões do III Congresso, à luz dos princípios da «Carta dos anos 80», reasumindo a ADFA os caminhos da modernização, adaptando-se aos novos desafios, apoiada numa experiência de 15 anos. Falando-se sobre o Secretariado Nacional de Reabilitação, expôs-se a participação que a Associação tem tido a nível do Conselho Nacional de Reabilitação e reafirmou-se a opinião que o S.N.R. já está demasiado limitado para as grandes tarefas que lhe devem incumbir, pelo que deveriam ser alargados os seus poderes e descentralizadas as suas competências, tendo sido referido, expressamente, o caso da adjudicação de próteses e ajudas técnicas, só feita em Lisboa, mostrando o ministro Silva Peneda receptividade à sugestão de,

já numa 1.ª fase, ela ser alargada ao Porto. Por outro lado, a nossa delegação manifestou-se preocupada com uma possível demora da regulamentação da Lei de Bases da Reabilitação, sem a qual esta é inoperante.

Entrando-se em outros assuntos, foi a ADFA informada de que várias outras questões estão a ter o merecido tratamento, como, por exemplo, o alerta lançado à empresa Brisa, sobre o facto de nas rodovias rápidas não ter sido considerada, no tempo de «verde» para passagem de peões, a circulação de cadeiras de rodas.

Quanto aos apoios que o Ministério poderá dar às realizações e projectos da ADFA, o ministro garantiu-os, não só em relação à Sede (a que será dada ajuda financeira, em duas parcelas, ainda a indicar), como também à conferência com Angola, Guiné e Moçambique, mostrando-se inteiramente disponível para uma cooperação com os mesmos, em termos de Formação Profissional, principalmente.

Finalmente, e quanto ao Centro de Reabilitação e Formação Profissional da ADFA/Porto, o qual estava pensado para Matosinhos (no projecto da Associação), a sua localização deverá ser repensada, já que o ministé-

rio entende deverem ser utilizadas as estruturas já existentes em Gaia (CERCI), até agora subaproveitadas e que terão de ser revitalizadas, incumbindo-se o Instituto de Emprego e Formação Profissional de estudar uma forma jurídica de cooperação, com o fim de ser proposto um protocolo entre o mesmo Instituto, a CERCI/Gaia e a ADFA.

Secretaria de Estado dos Combatentes da Guiné-Bissau recebida na ADFA

No empenhamento de contactos entre a ADFA e a Secretaria de Estado dos Combatentes, da Guiné-Bissau, e aproveitando uma passagem por Lisboa, esteve na Associação a Directora-Geral daquele Departamento, Eugénia Saldanha, acompanhada pela Embaixatriz daquele país e por outra responsável da mesma Secretaria de Estado.

Durante uma exposição efectuada no gabinete da Direcção Central, sobre a realidade da ADFA, trocaram-se valiosas informações sobre as experiências próprias e reforçou-se o sentido de uma maior aproximação e cooperação, nomeadamente por parte da Guiné, nas áreas da reabilitação e da formação profissional.

Falando-se sobre a preparação da reunião, em Lisboa, das associações de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, foi confirmado o aval da Guiné e de Angola, esperando-se o «sim» definitivo de Moçambique, após a legalização da respectiva organização, o que estará para breve. Aliás, foi também referida a intenção de as três novas associações se candidatarem a membros da FMAC, aquando da sua próxima Assembleia-Geral (1992), na Finlândia, acto que Portugal acolhe calorosamente.

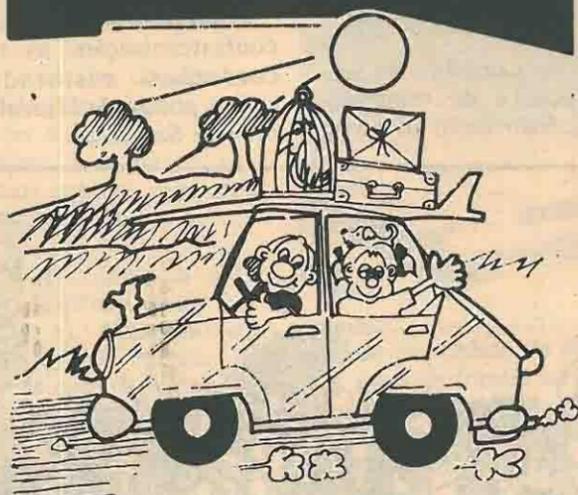
Seguiu-se uma visita a todos os Departamentos e Serviços da Sede, tendo almoçado os elementos da Secretaria de Estado guineense com alguns dos responsáveis da ADFA.

Durante a sua estada em Portugal, a delegação da Guiné-Bissau esteve ainda, por proposta nossa, no Secretariado Nacional de Reabilitação, havendo reunido com o dr. Orlando Monteiro (Secretário Nacional Adjunto), dr.ª Eduarda Casca (Serviço de Contencioso), dr.ª Júlia Vasconcelos (Divisão de Infância e Juventude), a dr.ª Irolina Oliveira (Centro de Documentação e Informação Técnica) e dr. Manuel Dantas (técnico na área de intervenção social e que brevemente se deslocará àquele país, integrado numa delegação do Ministério da Saúde português, para a área deficiente), assim como visitou ainda o Lar Militar.



BRUJULA

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE AJUDA AO AUTOMOBILISTA



PARA EVITAR CONTRATEMPOS DESAGRADÁVEIS BRUJULA ESTÁ ONDE VOCÊ ESTÁ!



O SEU AUTOMÓVEL FOI ROUBADO?

BRUJULA procura o seu automóvel gratuitamente em caso de roubo.



O QUE FAZ SEM O SEU AUTOMÓVEL?

BRUJULA empresta-lhe um automóvel gratuitamente.



O SEU AUTOMÓVEL NÃO APARECE? QUEM LHO PAGA?

BRUJULA garante-lhe o pagamento do seu automóvel até 2 500 contos se, não for localizado durante 60 dias.



O SEU AUTOMÓVEL AVARIOU? QUE FAZER?

BRUJULA tem oficinas móveis para resolver o seu problema gratuitamente.



E EM CASO DE ACIDENTE OU AVARIA?
BRUJULA presta-lhe gratuitamente o Serviço Permanente de Pronto Socorro.



AGORA FICOU SEM AUTOMÓVEL?
BRUJULA empresta-lhe um automóvel.



MAIS VANTAGENS BRUJULA
BRUJULA oferece aos seus associados:
— Assessoria jurídica
— Descontos em hotéis, lojas, aluguer de automóveis, etc.

CARTÃO NACIONAL DE ASSOCIADO:



35% DE DESCONTO NO ALUGUER DE CARROS

AVIS



BRUJULA

BRUJULA É UMA ORGANIZAÇÃO ALTAMENTE PROFISSIONAL AO SERVIÇO DO AUTOMOBILISTA

Brujula é o resultado de um esforço meticulosamente planeado, criado para satisfazer as necessidades do automobilista exposto a contratemplos, tais como a avaria, o acidente e o roubo do seu veículo, sempre nos momentos menos oportunos. Brujula funciona como organização nacional e actualmente oferece um serviço permanentemente 24 horas por dia, 365 dias por ano, através de uma rede de delegações e serviços oficiais que se estende por todo o território nacional.

Qual é o segredo?

A razão de ser de Brujula está no próprio associado, que juntamente com todos os restantes beneficiários permitem que a organização obtenha o máximo de serviços a um custo de utilização muito inferior ao que conseguirá so por si. Praticamente todos os associados utilizam os serviços e aí está o segredo, porque a utilização de um só serviço, amortiza quase na sua totalidade o valor da quota anual.

Com



BRUJULA ninguém fica sem carro

Inauguramos agora a DELEGAÇÃO DE COIMBRA

BARATA & CARDOSO, LDA.
Rua Comdt. Sacadura Cabral, s/n.º
3000 COIMBRA — Tel. 725580 — Telex 52425

Sócio Gerente:
FERNANDO M. BARATA
GERENTE DOS RESTAURANTES
«PISCINAS» E «REAL DAS CANAS»

Desconto aos sócios da ADFA
Informações na Delegação ADFA/Coimbra

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 15 de Julho de 1989 (sábado), das 9 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biênio de 1989/91.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, em Lisboa (Palácio da Independência), nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFA, 15 de Maio de 1989

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
António Reis Santos

No dia 15 de Julho próximo (sábado) vai haver eleições para todos os Órgãos Sociais da ADFA.

Nos termos do Regulamento Eleitoral, as Listas e Programas concorrentes deverão ser entregues até dia 19 de Junho (2.ª-feira).

O Regulamento Eleitoral encontra-se na Sede, Delegações e Núcleos para consulta de todos os interessados. Reproduzimos, no entanto, por impossibilidade de o fazer na íntegra, a parte respeitante à apresentação de listas concorrentes.

1. A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos 4 Órgãos Sociais, quer se trate dos Órgãos Sociais Centrais (DC, MAGN, CFC, CN) ou locais (MAGD, DD, CFD, CN) e far-se-á:

a) Para os Órgãos Sociais Centrais, à Mesa da Assembleia Geral Nacional;

b) Para os Órgãos Sociais Locais, à Mesa da Assembleia Geral de Delegação.

2. As listas de candidatos referidos na alínea b) serão, após a sua recepção, enviadas à M.A.G.N.

Artigo 11.º — 1. O número de candidatos a eleger para o Conselho Nacional, nos termos do número 2 do Art.º 35 dos Estatutos, será apurado em função da distribuição dos sócios pela sede e delegações, sendo fixada pela Direcção Central à data da marcação do acto eleitoral, com os ajustamentos devidos, sempre que se verifique nas mesmas alterações ao número de sócios existentes.

2. As listas de candidatos para o Conselho Nacional conterão os elementos efectivos a eleger e uma relação de três outros elementos suplentes.

3. No caso de impedimento, incapacidade, demissão

Sócios falecidos

ANTÓNIO FERREIRA MOREIRA, sócio n.º 6343, natural de Marecos e residente em Lugar do Bairro, concelho de Penafiel, faleceu no passado dia 10 de Março de 1989, devido a enfarte do miocárdio.

Sócio com 25 por cento de desvalorização, sofreu

ou morte de qualquer elemento efectivo do Conselho Nacional, este será substituído pelo elemento da relação de suplentes que estiver colocado em 1.º lugar.

Artigo 12.º — A apresentação de listas estabelecidas nos artigos anteriores deve ser feita até vinte e cinco dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os Órgãos Sociais Centrais serem obrigatoriamente divulgados.

Artigo 13.º — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais proceder à afixação das mesmas em lugar próprio na Sede, Delegações e Núcleos existentes, acompanhadas dos respectivos programas de acção.

Artigo 14.º — 1. As listas de candidatos poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

Artigo 15.º — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as Listas apresentadas por outros grupos de sócios serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

Artigo 16.º — As listas de candidatos apresentadas por grupos de sócios serão subscritas por:

- a) 30 (trinta) sócios, para os Órgãos Sociais Centrais;
- b) 20 (vinte) sócios, para os Órgãos Sociais Locais.

o seu acidente na Guiné, quando a viatura onde seguia accionou uma mina.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria Helena de Sousa Mendes, e 3 filhos.

ANTÓNIO MANUEL DA CRUZ TEIXEIRA, sócio n.º 10612, natural e residente em Buarcos,

ACTUALIZAÇÕES DE PENSÕES

ADFA intervém junto dos responsáveis

Não tendo sido ainda actualizadas as pensões dos DFA, foi solicitada uma audiência à direcção da Caixa Nacional de Previdência, com o fim de ser exposta a posição e reivindicação da ADFA, em nome dos seus associados.

Assim, no passado dia 18 deste mês de Maio, o presidente da DC, José Arruda, acompanhado pelo sr. Marcelino, do serviço de contencioso da ADFA, foi recebido pelos dr. Silva Cardoso (director-coordenador), sr. Frazão (técnico de contas) e sr. Landeiro (chefe do SPR7 — Reforma de Militares).

Informada a delegação da ADFA de que a situação existente se deve ao facto de não ter sido ainda publicada uma portaria regulamentar, a que obrigaria o Decreto-Lei 487/88, de 30 de Dezembro, aquela informou, por sua vez, a direcção da CNP, de que a sua compreensão da lei é extremamente simples, baseando-se nos n.ºs 1, 2 e 3 do Art.º 12.º do Dec.-Lei 43/76, que diz, na parte que interessa:

«1 — As pensões dos mutilados e inválidos da Guerra de 1914/18, as dos actuais deficientes, fixadas independentemente da percentagem de incapacidade e as pensões de reforma extraordinária ou de invalidez atribuída aos DFA, serão actualizadas automaticamente com relação aos correspondentes vencimentos dos mili-

tares do mesmo posto na situação do activo...;

2 — Da mesma forma, o abono suplementar de invalidez será automaticamente actualizado...;

3 — Iguamente o mesmo princípio de actualização automática será aplicado à prestação suplementar de invalidez e outros abonos que eventualmente venham a ser atribuídos aos DFA...»

Assim, tal como os militares no activo foram aumentados, as pensões pagas aos DFA deveriam ter sido logo, e automaticamente actualizadas, conforme está bem expresso, e repetidamente no 43/76, o qual não pode ser violado ou ultrapassado, não havendo que esperar por qualquer portaria.

Entende, pois, a ADFA, que, legitimamente, este assunto terá de ser tratado de forma digna, o que quer dizer, reposta a legalidade, no espírito e letra deste decreto.

De igual forma, sendo as pensões (vencimentos e outros abonos), de categoria H no código IRS, sendo pagas ao balcão (Finanças), não há direito à retenção na fonte, antes devendo ser pago, apenas, o respectivo imposto no ano seguinte ao que diz respeito o rendimento.

A Direcção Central solicitou, entretanto, com carácter de urgência, audiências ao Secretário de Estado da Defesa Nacional e ao Director-Geral de Finanças.

DELEGAÇÕES

SANTARÉM

Feira Nacional da Agricultura

Vai a nossa Associação, por intermédio do Núcleo de Santarém, ter um espaço no Pavilhão do Centro Regional de Segurança Social de Santarém, na Feira Nacional da Agricultura, desta cidade.

A Feira decorre de 2 a 12 de Junho e para os nossos sócios que aí se desloquem, e costumam ser muitos, aqui fica a localização da nossa «mostra», para que não a deixem de visitar: no edifício do artesanato, na parte virada a Oeste, zona onde também estão as máquinas agrícolas.

COIMBRA

Parque estacionamento

Informam-se os associados que se desloquem à Delegação de Coimbra, que já têm ao seu dispor um parque de estacionamento privativo da ADFA, na Av. Fernão de Magalhães, próximo das nossas instalações. O parque está sinalizado com uma placa com as insígnias da ADFA, a cores.

Os associados deverão identificar a viatura com o cartão de sócio colocado em local visível, sem o qual a viatura será rebocada pelas autoridades.

concelho de Figueira da Foz, faleceu no passado dia 17 de Março de 1989, devido a traumatismo craniano.

Sócio com 20 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique, aquando do

rebatamento de uma mina.

Deixa viúva a Sr.ª Dona Maria da Glória Silva, e 2 filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas sentidas condolências.

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

| MOD. | PREÇO BASE | P.V.P. |
|---------------------------|---------------|---------------|
| 2 CV | 677 913\$00 | 864 500\$00 |
| AX 10 RE 3 PORTAS | 824 799\$00 | 1 094 000\$00 |
| AX 11 RE 3 PORTAS | 862 664\$00 | 1 210 000\$00 |
| AX 11 RE 5 PORTAS | 909 673\$00 | 1 265 000\$00 |
| AX 11 TRE 3 PORTAS | 948 134\$00 | 1 360 000\$00 |
| AX 11 TRE 5 PORTAS | 999 416\$00 | 1 370 000\$00 |
| AX SPORT 3 PORTAS | 1 179 088\$00 | 1 679 970\$00 |
| AX GT 3 PORTAS | 1 122 056\$00 | 1 670 000\$00 |
| AX 14 TZS 3 PORTAS | 972 484\$00 | 1 495 000\$00 |
| AX 14 TRS 5 PORTAS | 1 028 039\$00 | 1 560 000\$00 |
| C 15, FAMILIAR | 991 079\$00 | 1 460 000\$00 |
| C 15, CARGA | 1 003 794\$00 | 1 178 590\$00 |
| BX 16 RS BREAK EVASION P1 | 1 567 971\$00 | 2 559 510\$00 |
| BX 16 RS BREAK EVASION P2 | 1 696 681\$00 | 2 710 100\$00 |
| BX 16 TRS PACKAGE 1 | 1 481 390\$00 | 2 458 210\$00 |
| BX 16 TRS PACKAGE 2 | 1 541 595\$00 | 2 528 650\$00 |
| BX 14 RE | 1 301 544\$00 | 1 880 000\$00 |
| BX 11 | 1 174 630\$00 | 1 575 000\$00 |
| BX 19 GT 16 V | 2 246 125\$00 | 4 950 000\$00 |
| BX 19 TRD PACKAGE 1 | 1 570 452\$00 | 4 159 619\$00 |
| BX 19 TRD PACKAGE 2 | 1 695 753\$00 | 4 306 221\$00 |
| BX 19 TRD PACKAGE 3 | 1 871 837\$00 | 4 512 340\$00 |
| BX TRD TURBO PACKAGE 1 | 1 972 585\$00 | 4 464 630\$00 |
| BX TRD TURBO | 1 991 380\$00 | 4 486 620\$00 |
| BX TRD TURBO PACKAGE 3 | 2 010 406\$00 | 4 503 880\$00 |

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h. às 14 h. através dos Telef. 3462167 e 8595016 após as 19 horas.

Viaturas OPEL

| MODELO CORSA | PREÇO BASE | P.V.P. |
|---|---------------|---------------|
| SW 1.0S 3P | 796 740\$00 | 1 086 245\$00 |
| SW 1.2ST 2P | 889 940\$00 | 1 293 241\$00 |
| SW 1.2ST 3P | 867 640\$00 | 1 267 150\$00 |
| SW 1.2ST 4P | 922 340\$00 | 1 331 149\$00 |
| SW 1.2ST 5P | 926 840\$00 | 1 336 414\$00 |
| GL 1.2ST 3P | 920 640\$00 | 1 329 160\$00 |
| GL 1.2ST 3P (5 vel.) | 932 640\$00 | 1 343 200\$00 |
| GL 1.2ST 4P | 968 540\$00 | 1 385 203\$00 |
| GL 1.2ST 4P (5 vel.) | 980 540\$00 | 1 399 243\$00 |
| GL 1.2ST 4P (super) | 1 026 640\$00 | 1 453 180\$00 |
| GL 1.2ST 5P (super) | 1 012 940\$00 | 1 437 151\$00 |
| GT 1.3SB 3P | 1 077 140\$00 | 1 579 218\$00 |
| GSi 1.6I 3P | 1 306 840\$00 | 2 278 147\$00 |
| MODELO DIESEL | PREÇO BASE | P.V.P. |
| SW 1.5D 4P | 1 135 840\$00 | 1 812 569\$00 |
| SW 1.5D 5P | 1 137 640\$00 | 1 814 675\$00 |
| GL 1.5D 5P (Turbo) | 1 307 640\$00 | 2 013 575\$00 |
| GT 1.5TD 3P (Turbo) | 1 373 540\$00 | 2 090 678\$00 |
| MODELO KADETT | PREÇO BASE | P.V.P. |
| LS 1.2S 3P | 1 090 490\$00 | 1 528 440\$00 |
| LS 1.2S 5P | 1 134 990\$00 | 1 580 505\$00 |
| LS 1.3S 3P | 1 154 690\$00 | 1 670 507\$00 |
| LS 1.3S 4P | 1 243 590\$00 | 1 774 520\$00 |
| LS 1.3S 5P | 1 199 990\$00 | 1 723 508\$00 |
| GL 1.3S 3P | 1 302 590\$00 | 1 843 550\$00 |
| GL 1.3S 4P | 1 359 790\$00 | 1 910 474\$00 |
| GL 1.3S 5P | 1 315 390\$00 | 1 858 526\$00 |
| GL 1.6S 4P | 1 543 090\$00 | 2 555 115\$00 |
| LS 1.6D 4P (Diesel) | 1 440 390\$00 | 2 435 377\$00 |
| KADETT LUXO | PREÇO BASE | P.V.P. |
| GL 1.3S 4P | 1 551 090\$00 | 2 134 295\$00 |
| GL 1.3S 5P | 1 506 690\$00 | 2 082 347\$00 |
| KADETT CARAVANS | PREÇO BASE | P.V.P. |
| LS 1.3S 5P | 1 360 000\$00 | 1 896 464\$00 |
| GL 1.6S 5P | 1 580 000\$00 | 2 584 043\$00 |
| LS 1.6D 5P | 1 480 000\$00 | 2 467 465\$00 |
| OPEL VECTRA | PREÇO BASE | P.V.P. |
| GL 1.4NV 4P | 1 542 700\$00 | 2 205 180\$00 |
| GL 1.4NV 5P | 1 589 700\$00 | 2 260 170\$00 |
| GL 1.6SV 4P | 1 713 600\$00 | 2 756 080\$00 |
| GL 1.6SV 5P | 1 760 500\$00 | 2 811 070\$00 |
| GLS 1.6SV 4P | 1 836 600\$00 | 2 900 107\$00 |
| GLS 1.6SV 5P | 1 883 600\$00 | 2 955 097\$00 |
| DIESEL | PREÇO BASE | P.V.P. |
| GL 1.7D 4P | 1 886 800\$00 | 3 005 805\$00 |
| GL 1.7D 4P (metalizado) | 1 926 400\$00 | 3 055 647\$00 |
| MODELO OMEGA | PREÇO BASE | P.V.P. |
| Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) | 2 466 400\$00 | 5 328 103\$00 |
| Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Tecto Abrir | 2 576 400\$00 | 5 456 803\$00 |
| Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Ar Condic. | 2 699 800\$00 | 5 601 181\$00 |
| Omega LS 2.3D 4DR (Sol) | 2 012 100\$00 | 6 859 797\$00 |
| Omega LS 2.3D 4DR (Met.) | 2 056 800\$00 | 6 912 096\$00 |
| Omega GLS Caravan (Met.) | 2 573 700\$00 | 5 453 644\$00 |
| Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir | 2 683 700\$00 | 5 582 341\$00 |
| Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con. | 2 917 100\$00 | 5 855 422\$00 |

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17 300\$00 e 44 700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 3462167 e 8595016, após as 19h30.

STRESS DE GUERRA

Um processo em evolução

Aumentam os pedidos de consulta, cresce o número de associados que procura a nossa psicóloga, o Ponto de Encontro já é motivo para análise e comentários.

No entanto, muitos, ex-combatentes ainda não se aperceberam da gravidade da situação porque passam, nem das consequências que tal poderá originar se lhes «voltarem as costas».

Porque muitos dos nossos associados não têm possibilidade de vir à sede, por questões de tempo ou de distância, foi elaborado um questionário que os poderá ajudar. Mas, mesmo que não esteja interessado em ter uma resposta pessoal, responda e envie, pois a experiência de cada um poderá ajudar sempre outro.

Por uma questão de curiosidade, poderemos dizer que decorreu nestes dias, na Reitoria da Universidade de Lisboa, o I Congresso de Grupanálise, sistema ou método criado na Grã-Bretanha, no pós-guerra, por S.H. Foulks, com o propósito de tratar, em grupo, os problemas psicológicos dos soldados afectados pelo conflito.

ATENÇÃO:

Leia atentamente as instruções antes de preencher o questionário!

Responda a cada uma das questões de acordo com aquilo que se passa consigo, actualmente, assinalando uma cruz (x) Sim ou Não.

Não existem respostas certas ou erradas, sendo o questionário absolutamente CONFIDENCIAL.

Se não quiser identificar-se, não escreva o nome nem a morada.

No entanto, se pretender receber alguma informação pessoal sobre a análise do seu questionário, poderá juntar uma nota, ou carta, com o pedido, indicando aí, se não o fez no próprio impresso, o seu nome (poderão ser apenas iniciais, desde que possibilitem a entrega pelo correio) e a morada.

Insistimos que todos os dados serão tratados pessoalmente, pela dr.^a Edite Saraiva, portanto confidenciais, destinando-se a possibilitar estudos e análises, importantíssimos, no sentido de ajudar os que têm problemas mais graves.

Como se disse acima, toda e qualquer experiência, todo e qualquer novo dado, e é sempre o caso de cada um de nós, é fundamental, pode ser fundamental para ajudar um nosso ex-camarada, um amigo, um irmão.

Nome: _____ (não obrigatório)
Morada: _____ (idem)

SERVIÇO MILITAR

Ramo _____ Arm/Svc. _____
Comissão onde _____ quando _____
Deficiência: que tipo? _____ quando? _____
Grau de incapacidade _____ % .DFA ou Serviço _____

Questões: SIM NÃO

1. Penso na guerra mesmo quando não quero SIM NÃO
2. Por vezes sinto como se estivesse na guerra SIM NÃO
3. Barulhos repentinos ou intensos lembram-me cenas de guerra SIM NÃO
4. Imagens da guerra aparecem-me no pensamento SIM NÃO
5. Coisas que me lembram a guerra fazem-me sentir como se estivesse lá SIM NÃO
6. Ao adormecer surgem-me imagens ou pensamentos relacionados com a guerra SIM NÃO
7. Tenho pesadelos com cenas de guerra SIM NÃO
8. Tenho muitos sentimentos em relação à guerra de que não falo a ninguém SIM NÃO
9. Evito emocionar-me quando me lembro ou penso na guerra SIM NÃO
10. Gostaria de tirar estas memórias do meu pensamento SIM NÃO
11. Evito falar do que me aconteceu na guerra SIM NÃO
12. Quando penso na guerra, por vezes sinto-me como «estupificado»: é como se nada sentisse SIM NÃO
13. Afasto-me de coisas ou situações que me lembrem a guerra SIM NÃO
14. Por vezes tenho sensações estranhas, relativamente à guerra: como se nunca tivesse acontecido ou fosse irreal SIM NÃO
15. Tento evitar ter pensamentos sobre a guerra SIM NÃO
16. Muitas vezes consigo recordar cenas que passei na guerra SIM NÃO
17. Sinto desinteresse por coisas que antigamente me satisfiziam SIM NÃO
18. Tenho dificuldade em relacionar-me com a maior parte das pessoas SIM NÃO
19. Não tenho esperança no futuro SIM NÃO
20. Tenho dificuldades em adormecer SIM NÃO
21. Irrito-me e explodo facilmente SIM NÃO
22. Tenho dificuldades de memória SIM NÃO
23. Fico «transtornado» quando estou perante algo que me lembra a guerra SIM NÃO

Por favor verifique se respondeu a todas as questões.

Identificando-se ou não, envie para ADFA, Jornal ELO, ao cuidado da dr.^a Edite Saraiva, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 1194 LISBOA CODEX.

COMENTÁRIOS A PROPÓSITO DE UMA CARTA

Tomo a liberdade de pegar numa carta de um sócio para, mais uma vez, vos falar de «Stress de Guerra». Trata-se de uma carta que se tornou pública através da sua publicação no ELO, a pedido desse sócio, e que nos fala de «Stress» e de «Guerra», já que refere situações de tensão a que muitos combatentes estiveram sujeitos, assim como traumas que ficaram, muitos anos passados.

Uma das situações de maior tensão («stress») durante a guerra é a exposição ao combate, o estar debaixo de fogo, num ataque. O autor da referida carta, A. G., fala-nos disto: «...atacaram-nos de três lados. Eu atirei-me para cima das cinzas e das brasas, de que ainda tenho sinais.» Numa situação destas, está-se sempre perto da morte, portanto, em perigo de vida, o que pode levar um combatente a cometer actos irrefletidos para se salvar. Também os ferimentos podem ser uma ameaça à vida, e como tal aumentam a intensidade do «stress».

Outro acontecimento que pode provocar grande tensão em período de

guerra é a morte de camaradas e amigos. Este sócio relata-nos precisamente isto, que se passou com ele: assiste ao ferimento de um grande amigo seu, que acaba por morrer, e perde ainda outro amigo — «voltei sozinho», diz-nos A. G.

Estas situações são consideradas traumatizantes, por serem extremamente violentas, brutais e de difícil compreensão pelo próprio indivíduo. E por serem traumatizantes deixam, muitas vezes, sequelas que podem persistir durante anos: «...de vez em quando tenho aquele pesadelo na cabeça»; «...recordações que tenho todos os dias». No entanto, estes fenómenos nem sempre são considerados como perturbações psicológicas, pois o ex-combatente pode viver com eles de uma forma adaptada. Mas mesmo assim, e apesar dos anos, o tempo parece não passar, porque é como se tudo estivesse a acontecer agora, tal e qual como escreve este sócio: «Estou a ver os factos...»

Este amigo teve vontade de pegar num papel e escrever para o ELO algumas das suas recor-



dações da guerra, sabendo que «alguns dos meus companheiros vão ler».

Quantos mais gostariam de falar ou escrever sobre as suas experiências de guerra? Quantos daqueles que estiveram em combate precisam de desabafar e serem compreendidos por aquilo que passaram? O que sentem e pensam realmente os ex-combatentes da guerra colonial?

Ainda não temos as respostas a estas questões, mas gostaríamos de as ter. Só assim poderemos desenvolver acções mais concretas e eficazes no sentido de dar apoio psicológico aos ex-combatentes.

Mas para isso é neces-

sário o seu contributo, o contributo de todos e cada um. E a forma como nos podem fazer é darem-nos a conhecer aquilo que sentem e pensam hoje relativamente à vivência de guerra. Para o fazer, poderão preencher o questionário que a seguir se apresenta e enviá-lo para a ADFA, Jornal ELO, ao c/ dr.^a Edite Saraiva, Palácio da Independência, Largo de São Domingos, 1194 LISBOA CODEX, conforme as instruções que se seguem e sendo garantida a sua completa confidencialidade, caso não manifestem vontade contrária.

EDITE SARAIVA
PSICÓLOGA

Semana de Cultura Africana

Falando sobre temas tão queridos à ADFA, e a ele próprio, como «deficiência e justiça social», «paz e cooperação», referindo que o sacrifício de cada um só terá sido em vão se não conduzir à convivência, ao respeito e à amizade entre os povos, anunciando a intenção de organizar uma conferência com as associações congéneres de Angola, Guiné e Moçambique, José Arruda seria entusiástica e comovidamente aplaudido, por mais de cinco minutos, por toda uma assistência de pé.

«Colegas:

Se, como disse o Poeta, «a minha Pátria é a Língua Portuguesa», então cumpre melhor conhecer — e mesmo reconhecermo-nos — nesse grande espaço de comunicação lusófona.

O espírito universalista, a tolerância e o intercâmbio de culturas é o pouco — muito! — património que nos resta do sufrágio das Descobertas. Saibamos, então, todos redescobrir esses Outros que cinco séculos de convivência tornaram tão próximos.

Com Amizade, Respeito e Alegria.»

Assim se iniciava o fo-



lheto do programa da «Semana de Cultura Africana» que, de 10 a 14 de Abril, a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa levou a efeito nas instalações da Cidade Universitária.

De facto, durante esses dias, as várias culturas dos PALOP's mostraram-se, conviveram e interligaram-se, através quer de exposições de artesanato, artes plásticas e tapeçaria, de sessões de cinema, vídeo e diapositivos, quer de «mostra de livros» e de «noites de música», para além de uma mostra gastronómica geral (para «água na boca» referenciamos: caril de amendoim, de Moçambique, muamba e feijoada, de Angola, cachupa, de Cabo Verde, beringela de peixe, da Guiné-Bissau, e

arroz-doce à moda de S. Tomé!).

Não se pense, no entanto, que a «semana» recaiu só sobre «comer, beber e dançar» (que aliás, são formas excelentes de conviver). Mas nem pensar! Três colóquios ajudaram a aprofundar o conhecimento sobre os PALOP's, analisando a sua realidade presente sobre um passado próximo, razão de um futuro actual: «A política de cooperação», que reuniu o secretário de Estado da Cooperação e os representantes diplomáticos dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa; «A evolução política dos PALOP's», que foi abordada por vários jornalistas de nomeada, e «A guerra colonial».

A esta última sessão, em 13 de Abril, já fizemos referência no ELO

anterior, embora muito resumidamente, por falta de espaço e curto prazo.

Num anfiteatro completamente cheio de jovens universitários, de uma geração que foi, felizmente, libertada de uma guerra pelo 25 de Abril, e que, talvez por isso mesmo, se mostrou vivamente interessada, decorreu um debate de características bem marcadas, dada a diversidade de opiniões expostas e de análises feitas pelos vários oradores convidados, prof. dr. Adriano Moreira (ex-ministro do Ultramar), general Silvino Silvério Marques (ex-governador-geral de Angola), brigadeiro Pezarat Correia («capitão de Abril» e conselheiro da revolução), dr. Manuel Alegre (escritor, ex-combatente, ex-exilado político) e José Arruda, presidente da DC/ADFA.

Falando sobre temas tão queridos à ADFA, e a ele próprio, como «deficiência e justiça social», «paz e cooperação», referindo que o sacrifício de cada um só terá sido em vão se não conduzir à convivência, ao respeito e à amizade entre os povos, anunciando a intenção de organizar uma conferência com as associações congéneres de Angola, Guiné e Moçambique, José Arruda seria entusiástica e comovidamente aplaudido, por mais de cinco minutos, por toda uma assistência de pé.

NOTICIÁRIO vário

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES

Conforme se noticiou nesta secção de ELO, em Março, a Associação de Cegos do Norte de Portugal, a Associação de Cegos Luís Braille e a Liga de Cegos João de Deus resolveram fundir-se numa única organização, a fim de melhor poderem defender os interesses dos seus filiados.

No passado fim-de-semana de 29/30 Abril, reuniu a Assembleia Constituinte da nòvel Associação de Cegos e Amblíopes, com a participação de 20 delegados de cada uma das três entidades fundadoras e com a presença do Presidente da União Mundial de Cegos, do Secretário da União Europeia de Cegos e de um elemento da Organização Nacional de Cegos de Espanha. Tendo a ADFA sido também convidada, fez-se a sua Direcção Central representar pelo respectivo Presidente, José Arruda.

No sábado, e na Sessão de Abertura, a que assistiram entre outras personalidades, os representantes do Cardeal-Patriarca e do Governador Civil de Lisboa, e o dr. António Charana, Director do Serviço de Reabilitação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, o dr. Oliver, membro da Comissão de Integração, deu as boas vindas aos delegados e aos convidados, explanando, de seguida, as razões que levaram a esta fusão, culminando um projecto e um trabalho que já vinham de longe.

As sessões de trabalho, que se prolongaram pelos dois dias, terminaram pela aprovação dos Estatutos e a eleição da Comissão Instaladora, que foram apresentados, depois, na Sessão de Encerramento, a que presidiu o Secretário Nacional de Reabilitação.

A noite, e num restaurante da capital, realizou-se um jantar de convívio. Por esta ocasião, ELO, certamente em nome de toda a ADFA, deseja as maiores felicidades à nova instituição, nomeadamente à sua Comissão Instaladora e ao seu Presidente, dr. Francisco Alves.

Pequenas notícias

— Decorreu, em Abril, na Associação Comercial de Lisboa, com a presença de especialistas de vários institutos nacionais e estrangeiros, um «Simpósio sobre Neurociência», sendo as neurociências «o futuro da ciência médica, na medida em que o que o homem sente ou faz tem origem no sistema nervoso, tanto o movimento do espírito como o dos órgãos, pelo que o conhecimento completo destes mecanismos permitirá uma melhor compreensão do homem e da doença», conforme afirmou, na altura, o prof. dr. Pedro Polónio.

E diria, também, o prof. dr. Armando Sena que, «por exemplo, os engenheiros do futuro aprenderão com a neurociência como desenhar máquinas mais inteligentes e adaptadas ao homem, os técnicos de saúde saberão (a partir da observação do sistema nervoso) como criar próteses que funcionem como pernas e braços verdadeiros...».

— Existem no mercado cerca de 12 modelos de joelhos artificiais, os quais podem tirar da cadeira de rodas, devolvendo-os a uma vida normal, muitos milhares de deficientes, numa altura em que estando a envelhecer a população da Terra, maior é o número de artríticos. Calcula-se para cima de 250 mil/ano, o número de operações de substituição do joelho, em todo o mundo.

DESPORTO

ASSIM NÃO!

ELO tem-se feito eco de uma enorme vontade de reestruturação da secção desportiva da ADFA/Sede, com reuniões constantes de responsáveis e atletas, a tentativa de se encontrar um seccionista, na necessária divisão de tarefas e responsabilidades, a procura de melhoramento de material e instalações, a resposta a numerosos convites, etc., etc.

Nem tudo, ou, descobri-se agora, pouco está bem. Nas três últimas provas em que a ADFA se inscreveu, a sua representação foi desclassificada por...

«FALTA DE COMPARÊNCIA»

Eram, recordemos; — Torneio de basquetebol em Mira-Sintra, 16.05.89, em organização da APD/Sintra (compareceram: António Vilariño, Jorge Neto, Manuel Borges e Vítor Borges; não compareceram: ... os outros!).

— Meia-maratona dos Jogos Médico Nacionais, 23.05.89, em Tróia (não compareceu ninguém!).

— 15.ª Corrida 25 de Abril, da APD, em Lisboa (idém, conforme anterior).

Estando prevista para o dia 21 de Maio, integrada nos 2.ª Jogos Desportivos Especiais da Cidade de Lisboa, a presença da equipa da ADFA, num torneio de basquetebol, tendo sido ouvidos alguns atletas convocados, foi decidido cancelar a nossa participação, dado

no mesmo dia, se realizar o I Rali Paper da ADFA.

Perante tais factos, há que assumir que, realmente, algo está mal, muito mal mesmo! E há que assumir, também, a frontalidade de encarar atitudes conforme elas merecem, de denunciar situações que ofendem e prejudicam os que querem trabalhar, a própria ADFA. «Não há fumo sem fogo», costuma o nosso povo dizer, e entre o «ouve-se» e o «diz-se» que andam pelos nossos corredores, muito haverá de verdade.

ELO, na sua qualidade de órgão *informativo*, procurará, a partir do próximo número, esclarecer o que se passa, auscultando, directamente, responsáveis e atletas, transmitindo opiniões e aspirações, no sentido de ajudar a encontrar respostas e soluções.

Mas, felizmente, nem tudo são más notícias.



Mário dos Santos Sobral, antigo «atirador» de Tiro com Arco, frequentou um estágio de monitor, da respectiva Federação, estando, agora, reunidas as condições para se

reactivar esta modalidade, na ADFA.

NOTÍCIAS DE ÉVORA

Conforme foi anunciado no último número de ELO, realizou-se com assinalável êxito, o 2.º Torneio de Tiro aos Pratos, no campo de tiro do Monte das Flores, amavelmente cedido pelo sr. eng. António Lopes.

Durante todo o dia de sábado, 29.04, efectuaram-se treinos, tendo-se desenrolado no dia seguinte, de manhã, a Prova de Ensaio, reunindo algumas dezenas de atiradores. Após almoço, deu-se início à Prova de Honra, onde estiveram presentes 61 atiradores, tendo sido bem disputados os lugares cimeiros. Eis, parcialmente, o quadro das classificações:

- 1.º — José Costa (25)
 - 2.º — Pinto Marques (24)
 - 3.º — Luís Mendonça (24)
 - 4.º — António Valadas (*) ... (23)
 - 5.º — José Comendinha (23)
 - 17.º — Rui Borrego (*) (21)
 - 57.º — Custódio Mavioso (**) ... (12)
 - 58.º — Fl. Valadas (*) (10)
- (*) Juniores; (**) DFAs

Graças ao apoio do QG/RM Sul, do Governo Civil de Évora, da Câmara Municipal de Évora, das Juntas de Freguesia da Sé e de Canaviais, entre muitas casas comerciais e algumas empresas, todos os atiradores foram contemplados com prémios e lembranças.

OUTRAS

— Em iniciativa da Comissão Organizadora de Desporto para Deficientes Mentais do Distrito de Santarém, em colaboração com a União dos Centros de Recuperação Infantil do mesmo distrito, realizam-se, de 25 a 28 de Maio, em Tomar e Torres Vedras, os IV JOGOS NACIONAIS «SPECIAL OLYMPICS», directamente vocacionados para a promoção e desenvolvimento do desporto para deficientes mentais.

Envolvendo cerca de

duas mil pessoas (800 praticantes), as modalidades presentes serão o atletismo, a natação, o ciclismo e o ténis de mesa, estando previstas, ainda, algumas manifestações culturais.

— Como todos nós ouvimos, e em parte vimos, os nossos jovens sub-16 são **campeões europeus de futebol**, êxito que, em seguimento do Campeonato Mundial conquistado em Riade, demonstra todo um trabalho profundo realizado e as grandes possibilidades futuras.

Como também lemos e ouvimos, aos jogadores, técnicos e restantes ele-



SPECIAL OLYMPICS PORTUGAL

mentos da nossa delegação, foi atribuída, pelo ministro da Educação, a medalha de Bons Serviços Desportivos.

— Ao escrevermos estas duas notícias, ao compará-las, recordamos os «deficientes de ouro» de Seul, tão esquecidos e, porque não dizê-lo, humilhados. E daí que talvez não, porque a sua alma e o seu coração são certamente, bem grandes, reflectindo-se apenas nos «altos responsáveis» o esquecimento e a indiferença».

Ou será que em Belém e S. Bento apenas se espera a conclusão de rampas, para a recepção condigna e merecida?

Recordamos, em geito de final, e de revolta, a frase de Olga Maria, 25 anos, Medalha de Ouro em Seul: «QUANDO GANHEI A MEDALHA NOS JOGOS OLÍMPICOS SENTI-ME ATLETA. AGORA SINTO QUE JÁ NÃO SOU NADA.»

ASSISTÊNCIA MÉDICA

UISEU

| | | |
|------------------|--|----------|
| SEGUNDAS: | Clínica Geral/Dr. Jorge Silva | 15.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso | 17.00 H. |
| | Psiquiatria/Dr. José Luís | 15.00 H. |
| TERÇAS: | Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa | 14.00 H. |
| | Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa | 15.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. Jorge Silva | 15.00 H. |
| | Psiquiatria/Dr. José Luís | 15.00 H. |
| QUARTAS: | Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso | 17.00 H. |
| | Psiquiatria/Dr. José Luís | 15.00 H. |
| QUINTAS: | Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa | 15.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. Jorge Silva | 15.00 H. |
| | Psiquiatria/Dr. José Luís | 15.00 H. |
| SEXTAS: | Psiquiatria/Dr. José Luís | 15.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. Jorge Silva | 15.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso | 17.00 H. |
| SÁBADOS: | Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues | 9.00 H. |
| | Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos | 9.00 H. |

SEDE

| | | |
|-------------------------|--|---|
| CLÍNICA GERAL | Médico: sócio dr. Fernando Brito | Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede |
| PSIQUIATRIA | Médico: dr. Proença | Terças-feiras, às 12 horas, na Sede |
| PSICOLOGIA | dr.ª Paula Frazão | De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h. |
| STRESS DE GUERRA | Dr. Afonso de Albuquerque (psiquiatra) | Consultas |
| | dr.ª Edite Saraiva (Psicóloga) | Terças e quintas-feiras — 17 às 19 h. |

As consultas efectuaem-se todas no consultório médico da sede.

As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8

As consultas com o Dr. Afonso de Albuquerque só se efectuarão depois de consulta com a Dr.ª Edite Saraiva, que poderá encaminhar o paciente se este assim o desejar para psicoterapia de grupo.

As consultas de sábado efectuaem-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.



nas páginas centrais

15.º aniversário: Deficientes de guerra constroem Casa de Paz!